



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

	<p><i>Integração de Refugiados em Portugal: O Papel e Práticas das Instituições de Acolhimento</i></p> <p>Lúcio Sousa, Paulo M. Costa, Rosana Albuquerque, Olga Magano, Bárbara Bäckström</p> <p>Março de 2021, Estudo OM 68 Observatório das Migrações Alto Comissariado para as Migrações (ACM) ISBN 978-989-685-115-6</p> <p>Investigação cofinanciada pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)</p>  <p>Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt Contacto: om@acm.gov.pt</p>
---	---

Resumo:

A intensificação do fluxo de migrantes forçados para a Europa, em especial a partir de 2012 e, em parte, justificado pela guerra civil a decorrer na Síria, representou um grande desafio para a política europeia e o Sistema Europeu Comum de Asilo. Esta pressão migratória atingiu os seus valores mais elevados em 2014, tendo sido apresentados 562 700 pedidos de asilo, em 2015, quando foram recebidos 1 256 600 novos pedidos e, em 2016, em que foram feitos 1 206 000 pedidos de asilo, o que obrigou a União Europeia a adotar medidas de emergência de gestão destes fluxos de pessoas e a institucionalizar um mecanismo de distribuição de refugiados pelos Estados-membros.

No processo europeu de recolocação de refugiados, foi atribuída uma quota de 1.642 pessoas a Portugal. Ainda assim, este número foi inferior à disponibilidade manifestada publicamente por Portugal, dado que o governo chegou a avançar, na comunicação social, com o número de 10.000 pessoas que podiam ser acolhidas em território nacional.

Dada a fraca tradição de receber refugiados e a inexistência de estruturas para o efeito, o acolhimento deste número de refugiados só foi possível com o forte envolvimento da sociedade civil portuguesa. Foi este processo de envolvimento e a sua dimensão aplicada que se procurou estudar através do projeto de investigação “Integração de refugiados em Portugal: papel e práticas das instituições de acolhimento”, cujos principais resultados são apresentados neste livro.

Esta investigação incide exclusivamente sobre as práticas e as perceções dos representantes das instituições locais a propósito das experiências de acolhimento que tiveram, pelo que não analisa a



organização e o processo de acolhimento na sua globalidade, nomeadamente não pretendeu incluir as perceções das entidades oficiais e dos refugiados. Esta opção não reflete nenhuma desvalorização da voz dos refugiados e da sua agência, cuja inclusão na definição das políticas e na implementação das medidas é fundamental para o sucesso da integração, refletindo antes as limitações do programa de financiamento da investigação, cuja exiguidade de verbas introduzia constrangimentos importantes quanto ao tipo de atividades que podiam ser desenvolvidas. Deste modo, e reconhecendo a necessidade de um estudo que reflita a voz dos refugiados envolvidos neste processo de acolhimento, a opção pelo objeto da investigação expressa o interesse pela singularidade do envolvimento de um número significativo de organizações da sociedade civil no processo de acolhimento.

O livro começa por fazer, no capítulo 1, um breve enquadramento conceptual sobre o tema, focando em particular os conceitos de refugiado e de integração, para, depois, apresentar a metodologia utilizada no projeto.

No capítulo 2, é feita uma breve síntese histórica das políticas de receção e integração de requerentes de asilo e de refugiados em Portugal, assim como uma análise do contexto político e humanitário em que foi aprovado o programa europeu de recolocação de refugiados e as respostas institucionais e da sociedade civil em Portugal.

Posteriormente, no capítulo 3, são apresentados os resultados obtidos com as atividades desenvolvidas no projeto, em especial aqueles que resultaram da realização de doze entrevistas exploratórias a representantes institucionais que intervieram na organização do processo de receção de refugiados, da aplicação do questionário *online* a instituições locais de acolhimento e de entrevistas de aprofundamento realizadas junto de 20 instituições que acolheram refugiados.

Por fim, é feita uma sùmula das principais conclusões que resultam da investigação e são sugeridas algumas recomendações de medidas a adotar no âmbito de uma perspetiva integrada de acolhimento e integração de pessoas refugiadas.